



AVEIRO
Câmara Municipal

pdm

revisão

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Aveiro



MEMORANDO DE PONDERAÇÃO DOS
PARECERES EMITIDOS PELAS ENTIDADES
CONSTITUINTES DA COMISSÃO CONSULTIVA
NO ÂMBITO DA 2ª REUNIÃO PLENÁRIA

setembro 2019

DISCUSSÃO PÚBLICA

Imagem da capa:

© AdRA 2010
todos os direitos reservados

MEMORANDO DE PONDERAÇÃO DOS PARECERES EMITIDOS PELAS ENTIDADES CONSTITUINTES
DA COMISSÃO CONSULTIVA NO ÂMBITO DA 2ª REUNIÃO PLENÁRIA

DISCUSSÃO PÚBLICA

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
1. PONDERAÇÃO PARECER FINAL da CCDRC	5
1.1 CUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES	5
1.2 CONFORMIDADE E COMPATIBILIDADE COM IGTS	9
2. PONDERAÇÃO PARECERES	10
2.1 Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Centro	10
2.2 Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Centro	16
2.3 Administração do Porto de Aveiro	22
2.4 Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil	23
2.5 Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural / Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro	23
2.6 Direção-Geral de Energia e Geologia	23
2.7 Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços da Região Centro	24
2.8 Infraestruturas de Portugal, SA	24
2.9 Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP	24
2.10 Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP	25
2.11 REN – Rede Elétrica Nacional, SA	25
2.12 Turismo de Portugal	25
3. CONCLUSÃO	27

INTRODUÇÃO

O presente memorando tem por objetivo proceder à análise do parecer final da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR), no âmbito do processo de revisão do PDM de Aveiro assim como das demais questões colocadas pelas entidades que compõem a Comissão Consultiva (CC), através dos respetivos pareceres apresentados na sequência da segunda reunião plenária que decorreu em Aveiro no dia 02 de Agosto de 2019 e avaliar de que forma as mesmas foram acolhidas na proposta de revisão que se pretende colocar em discussão pública e que resultou do processo de concertação entre a Câmara Municipal de Aveiro e as entidades que emitiram os pareceres em causa.

A CC pronunciou-se, em regime de conferência procedimental, no âmbito da segunda e última reunião plenária, nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 13º da Portaria n.º277/2015, de 10 de Setembro. Nos termos dos números 1 e 2 do Artigo 85.º do RJIGT a CCDRC emitiu parecer final favorável condicionado ao cumprimento das questões de legalidade e de conformidade ou compatibilidade com os Instrumentos de Gestão Territorial em vigor identificadas.

Procedeu-se, ainda, a uma reunião de Concertação com a APA ARH, com vista a esclarecer questões suscitadas pelo parecer apresentado na segunda reunião plenária. Esta reunião decorreu nas instalações da Câmara Municipal de Aveiro no dia 05 de Agosto da qual se anexa a respetiva Ata.

Não obstante a natureza não vinculativa das observações que não se prendem com o cumprimento das questões de legalidade e de conformidade ou compatibilidade com os Instrumentos de Gestão Territorial os aspetos identificados e as sugestões avançadas encontram-se refletidas, na sua maioria, na versão que agora se coloca a discussão pública.

Os pareceres foram, pois, percecionados como contributos relevantes para a melhoria integral dos documentos que constituem o plano pelo que a grande maioria das sugestões apresentadas foram consideradas. Algumas matérias de maior sensibilidade merecem, contudo, uma explicação mais pormenorizada, o mesmo se passa com as questões que se entendeu não ser de acolher, sobre as quais se desenvolve um maior aprofundamento. Nestes termos, para além das questões de não conformidade, serão revistas as questões que não tiveram um acolhimento direto ou que necessitam de um esclarecimento mais detalhado.

A análise será feita em primeiro lugar sobre as questões de cumprimento de normas legais e regulamentares, posteriormente sobre questões de compatibilidade com os Instrumentos de Gestão Territorial e, por último, sobre as sugestões apresentadas pelas diversas entidades.

Em termos de organização do documento a ponderação decorre dentro destes grandes grupos, por parecer da respetiva entidade.

1. PONDERAÇÃO PARECER FINAL da CCDRC

1.1 CUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES

Neste capítulo aborda-se a forma como a CMA deu resposta aos aspetos relacionados com o cumprimento das normas legais e regulamentares que constam do parecer final emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), nos termos do disposto no artigo 85º do RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor, aprovado pelo D.L. n.º 80/2015, de 14/05 que traduz uma decisão global definitiva.

- *Alínea f) do n.º 3) do artigo 97º do RJIGT, porquanto está em falta a ficha de dados estatísticos;*

A ficha de dados estatísticos será elaborada e acompanhará os documentos na fase de Discussão Pública.

- *Alínea k) do n.º 1 do artigo 96º do RJIGT, por não se encontrar estabelecida a especificação qualitativa e quantitativa dos índices, indicadores e parâmetros de referência a estabelecer em sede de plano de pormenor, bem como os de natureza supletiva aplicáveis na ausência dos mesmos;*

Este elemento foi estabelecido e constam agora dos artigos 126.º, 127.º e 128.º do Regulamento.

- *Alínea i) do n.º 1 do artigo 96º do RJIGT, uma vez que não é estabelecida a cedência média para efeitos de perequação;*

Este elemento foi estabelecido e consta, agora, do n.º 5 do artigo 124.º do Regulamento.

- *N.º 1 do artigo 2º do D.L. n.º 364/98, de 21/11, uma vez que se encontra em falta a identificação das áreas inundáveis em perímetro urbano;*

Estas áreas encontravam-se delimitadas, contudo, por motivos de potencial dificuldade de leitura entendeu-se ser de reforçar.

- *N.º 1 do artigo 3º do DR n.º 9/2009, de 29/05, uma vez que a definição de “Perímetro urbano” estabelecida na alínea i) do n.º 3 do artigo 5º do Regulamento não está de acordo com a respetiva definição estabelecida naquele diploma, a qual é de utilização obrigatória nos instrumentos de gestão territorial;*

Esta definição foi eliminada.

- *Alínea b) do n.º 1 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28/06, na sua atual redação, porquanto na definição de “Perímetro urbano” estabelecida na alínea i) do n.º 3 do artigo 5º do Regulamento, a definição de “Áreas edificadas consolidadas”, não está de acordo com a respetiva definição estabelecida naquele diploma;*

Esta definição foi eliminada.

- *N.º 5 do artigo 40º da Lei n.º 58/2005, de 29/12, porquanto o regulamento do plano não estabelece as restrições necessárias para reduzir os riscos e os efeitos das cheias, bem como não estabelece que as cotas dos pisos inferiores das edificações devem ser superiores à cota local da máxima cheia conhecida;*

Relativamente ao Artigo 40º da Lei n.º 58/2005, de 29/12, designada como Lei da água, a CMA entende que o n.º 5 do referido artigo não se aplica ao caso do PDM de Aveiro porquanto este artigo refere-se a situações de “ausência da delimitação e classificação das zonas inundáveis ou ameaçadas por Cheias”, situação que não se verifica, visto estas estarem claramente demarcadas na planta de ordenamento do PDM de Aveiro. Assim, aplica-se o número 2 do mesmo artigo que refere que “As zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias devem ser objeto de classificação específica e de medidas especiais de prevenção e proteção, delimitando-se graficamente as áreas em que é proibida a edificação e aquelas em que a edificação é condicionada, para segurança de pessoas e bens.

Neste caso o artigo 8º do Regulamento do PDM define medidas especiais de prevenção e proteção, assim como condicionantes às novas edificações com vista a reduzir a exposição ao risco.

- *N.º 3 do artigo 16º do DR 15/2015, de 19/08, uma vez que a redação do artigo 49º do Regulamento, em particular a estabelecida na al. e) do seu n.º 1, não salvaguarda, de forma inequívoca, as incompatibilidades com o solo rústico ali estabelecidas;*

Foi revista a redação do referido artigo, de acordo com a sugestão da CCDRC, com vista a ultrapassar o constrangimento identificado. Com as alterações que sofreu o regulamento o referido artigo passou a apresentar-se com o número 50.º - Empreendimentos de carácter estratégico.

- *Alínea b) do n.º 3 do artigo 16º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19/08, de acordo com o qual as novas construções para habitação são consideradas incompatíveis com a classificação e qualificação do solo rústico, salvo nas situações admitidas nos planos territoriais, de acordo com o estabelecido nas orientações dos planos regionais. Não se encontrando, ainda, o PROT-Centro aprovado, só se poderão admitir novas construções para habitação no solo rústico, desde que estas se conformem, integralmente, com as orientações da proposta de PROT-Centro, o que não se verifica na redação da alínea a) do n.º 1 do artigo 51º do Regulamento;*

Foi revisto em conformidade. Com as alterações que sofreu o regulamento, este artigo passou a apresentar-se com o número 52.º.

- *Alínea c) do n.º 3 do artigo 16º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19/08, de acordo com o qual os empreendimentos turísticos são considerados incompatíveis com a classificação e qualificação do solo rústico, salvo nas formas e tipologias admitidas no mesmo, de acordo com o estabelecido nas orientações dos planos regionais, o que não se verifica na redação da alínea f) do n.º 1 do artigo 51º do Regulamento.*

Foi revisto em conformidade. Com as alterações que sofreu o regulamento, este artigo passou a apresentar-se com o número 52.º.

- *Artigo 16º do Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos (RJET) na sua versão atual (5.ª alteração), publicada no Decreto-Lei nº 80/2017, de 30 de junho e artigo 10º da Portaria 1320/2008, de 17 de novembro, que estabelece os requisitos específicos de instalação, classificação e funcionamento dos parques de campismo e de caravanismo, uma vez que o artigo 34º (Parâmetros de dimensionamento dos arruamentos), no seu nº 1, não salvaguarda os empreendimentos turísticos, os quais podem compreender arruamentos privados, aos quais não deverá ser aplicado o dimensionamento ali previsto para as atividades económicas, que se traduzem em soluções que prejudicam a qualidade e a sustentabilidade ambiental da oferta turística;*

Foi encontrada solução consensual na 2ª reunião plenária, tendo a CMA proposto que o título do artigo se passe a designar “Parâmetros de dimensionamento dos arruamentos públicos”.

Com as alterações que sofreu o regulamento, este artigo passou a apresentar-se com o número 35.º.

- *Requisito obrigatório n.º 21 dos anexos II e III da Portaria nº 309/2015, com a redação dada pela Declaração de Retificação n.º 49/2015, de 2 de novembro, uma vez que o n.º 1 do artigo 35º não salvaguarda as situações em que a legislação específica exige uma dotação de estacionamento superior;*

Foi revisto em conformidade. Com as alterações que sofreu o regulamento, este artigo passou a apresentar-se com o número 36.º.

- *Requisito obrigatório n.º 32 do anexo I da Portaria nº 309/2015, com a redação dada pela Declaração de Retificação n.º 49/2015, de 2 de novembro, com o qual o n.º 7 do artigo 37º não se conforma no que diz respeito aos empreendimentos turísticos;*

Foi revisto em conformidade. Com as alterações que sofreu o regulamento, este artigo passou a apresentar-se com o número 36.º.

- *Artigo 20º do Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos (RJET) na sua versão atual (5.ª alteração), publicada no Decreto-Lei nº 80/2017, de 30 de junho, com o qual a utilização da designação de “empreendimentos de turismo da natureza” constante da alínea e) do n.º 1 do artigo 64º (Usos e condições de ocupação) do regulamento, não se adequa;*

Foi revisto em conformidade. Com as alterações que sofreu o regulamento, este artigo passou a apresentar-se com o número 67.º.

- *Ponto 3.3 da Secção III da RCM n.º 81/2012, de 03/10, porquanto a delimitação da tipologia da REN zonas ameaçadas pelas cheias não dá integral cumprimento às orientações ali estabelecidas;*

Procedeu-se às correções relativas ao parecer da APA associado à delimitação das Zonas Ameaçadas por Cheias (ZAC), que se apresentam no capítulo sobre o parecer da APA ARH.

- *Artigos 3º, 4º, 5º e 12º da Lei n.º 54/2005, de 15/11, uma vez que na planta de condicionantes, a representação da servidão do domínio público hídrico (DPH), que inclui o domínio público marítimo (DPM) e o domínio público lacustre e fluvial (DPLF), não se encontra de acordo com estas normas legais.*

Estas matérias foram corrigidas em conformidade.

- *N.º 2 do artigo 11º do Regulamento Geral do Ruído (D.L. n.º 9/2007, de 17/01), porquanto o artigo 27º do Regulamento é omissivo na equiparação dos recetores a zonas sensíveis ou mistas, criando uma situação de ambiguidade relativamente aos valores limite a ser aplicados no âmbito do Regulamento Geral do Ruído.*

Foi revisto em conformidade. Com as alterações que sofreu o regulamento, este artigo passou a apresentar-se com o número 28.º.

- *N.º 4 do artigo 6º do Regulamento Geral do Ruído, uma vez que o Regulamento não estabelece as condições a cumprir para a realização de operações urbanísticas em zonas de conflito acústico, que se consideram essenciais para que se evite a instalação de usos sensíveis em zonas onde os níveis de ruído são muito elevados.*

Foi revisto em conformidade. Com as alterações que sofreu o regulamento, este artigo passou a apresentar-se com o número 28.º.

1.2 CONFORMIDADE E COMPATIBILIDADE COM IGTS

Neste capítulo aborda-se a forma como a CMA deu resposta aos aspetos de desconformidade e incompatibilidade da proposta de plano com os instrumentos de gestão territorial existentes que constam do parecer final emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), nos termos do disposto no artigo 85º do RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor, aprovado pelo D.L. n.º 80/2015, de 14/05 que traduz uma decisão global definitiva.

De referir que neste âmbito só foi identificada uma desconformidade.

- *Desconformidade entre a alínea c) do artigo 62º (Espaço Natural – Interdições) da proposta de plano e o PROF-CL, porquanto a interdição das ações de arborização com espécies de crescimento rápido estabelecida na referida alínea não se encontra de acordo com as disposições prevista naquele plano setorial.*

Foi eliminada a interdição a que alude a desconformidade identificada de forma a garantir a compatibilidade com o PROF-CL.

2. PONDERAÇÃO PARECERES

Conforme clarificado na introdução, este capítulo faz uma explicitação da abordagem aos pareceres que apresentaram questões que por diversos motivos não foram acolhidas, ou que se entendeu necessitarem de um esclarecimento adicional. Não serão referidas as questões já abordadas no capítulo anterior.

2.1 Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Centro

PLANO

- *No que respeita às disposições comuns do solo Rústico e urbano sugere-se que sejam integradas disposições referentes à gestão sustentável da água e às alterações climáticas.*

A CMA entende que as disposições na globalidade do regulamento já têm em perspetiva a sustentabilidade ambiental e do ciclo hidrológico pelo que não viu necessidade de acrescentar mais normativos a esse respeito.

- *Preocupação com a garantia de índices de impermeabilização.*

Estando considerada uma área mínima permeável na parcela (artigo 78º das disposições comuns do solo urbano), está assegurado o índice de impermeabilização em todas as categorias e subcategorias do Solo Urbano.

- *Sugere-se que as zonas inundáveis sejam representadas à escala 1/5000.*

Entende-se que as zonas inundáveis têm leitura adequada nas plantas elaboradas à 1/10.000 e que não se justifica ampliar a escala, face à dimensão do concelho seria quase inoportável (resultaria em 26 plantas, só para esse propósito) e perdia-se a leitura de conjunto.

- *Identifica-se como de difícil leitura a Planta de condicionantes, pelo que se sugere a identificação das diferentes tipologias seja efetuada em planta desdobrada.*

- *No que respeita à REN, apenas está cartografada a REN total, com uma trama única, sem distinção das diferentes tipologias de REN (...) situação que deve ser corrigida.*

Ambas as afirmações são incompatíveis.

Entendeu-se apresentar a carta da REN com todas as tipologias à escala 1/25000 conforme orientação do respetivo RJREN.

- *Inclusão na Planta de Enquadramento Regional da Zona Crítica de Aveiro identificada no PGRI – RH4A.*

Entendeu-se que a inclusão desta informação não é útil uma vez que apresenta um problema de incompatibilidade de escalas e de leitura do resultado final, pelo que não se efetivou.

- *Relatório de caracterização sobre sistema de riscos falta a referência ao estudo que determina cota 2,3m para a área da cidade no que respeita à definição das zonas ameaçadas por cheias.*

Relativamente a esta matéria, não se procedeu ao ajuste solicitado uma vez que, foi acordado na reunião de concertação CMA / APA de 05-08-2019 que ambas as entidades irão desenvolver um estudo técnico, em parceria, para determinação da cota de máxima cheia.

- *Os estabelecimentos de matérias perigosas não se encontram delimitados pelos perímetros.*

Conforme combinado nas reuniões técnicas de trabalho com a entidade, foram identificados com ponto.

REN

- *Os Planos de Gestão de Risco de Inundações (PGRI) devem constituir-se como fontes de informação de base para a delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias, constatando-se que a área Inundada associada à ria de Aveiro, para um período de retomo de 100 anos, obtida em ambos os estudos é muito semelhante.*
- *No que respeita à delimitação da ZAC na restante área do território, toma-se ainda necessário incluir na MDJ da delimitação da REN os caudais de ponta de cheia para o período de retorno de 100 anos através da Formula regional utilizada.*

Quantos aos caudais de ponta de cheia determinados através da Formula Regional, foi feita a revisão do texto da MDJ constante do Relatório com a referência R095.19-17/06.14 de julho de 2019 para a sua inclusão no relatório retificado da REN.

- *No que respeita à alteração na proposta de delimitação da ZAC, constante na imagem abaixo apresentada, face à delimitação apresentada em Maio 2018, dado tratar-se de uma área que confina com um aglomerado urbano, cuja proposta de delimitação não se encontra em conformidade com a Shapefile elaborada no âmbito do projeto SECUR-Ria (AMRIA, 2007) e agora remetida, e que serviu de base à mesma, a alteração carece de melhor fundamento.*

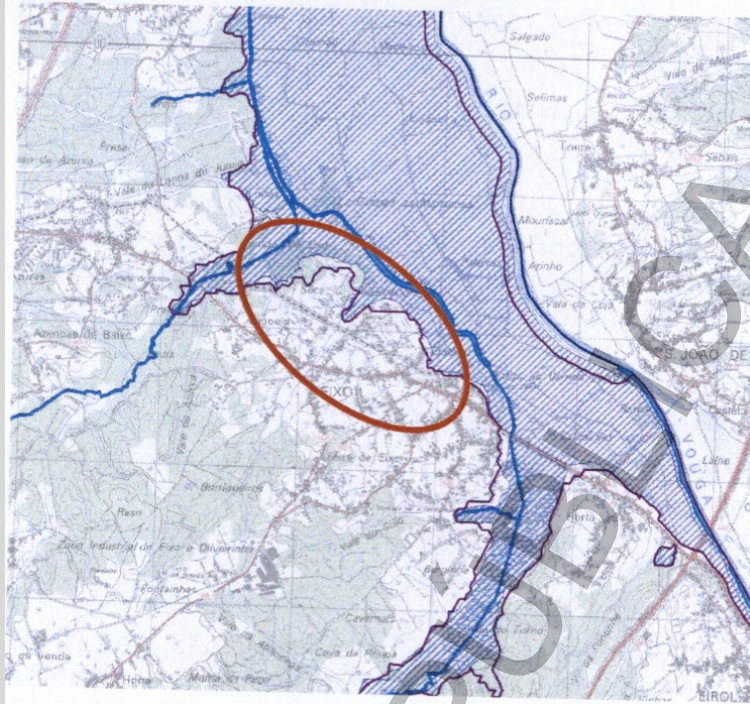


Fig. 2 – Diferença entre a delimitação da ZAC enviada em Maio 2018 (delimitação roxo) e a posteriormente apresentada (riscas a azul)

- Na zona constante na imagem seguinte, verifica-se também um desfasamento na proposta de delimitação relativamente à delimitação constante de base, sem que a mesma se encontre justificada.

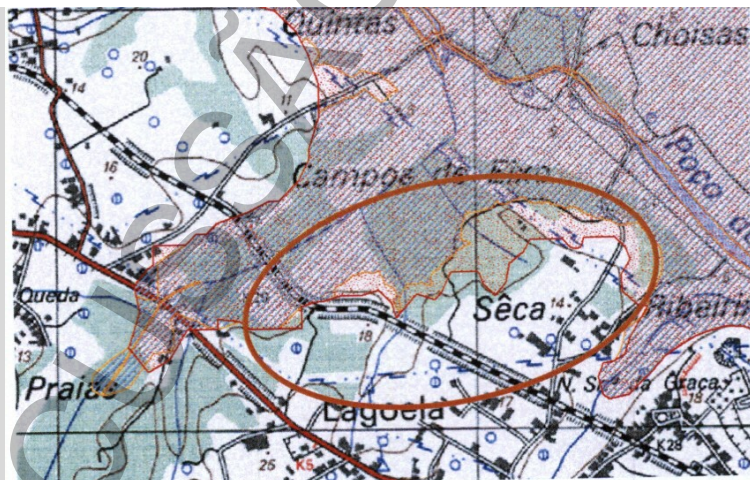


Fig. 3 – Diferença entre a delimitação da ZAC proposta e constante na shapefile projeto SECUR-Ria agora remetida.

- No que respeita à proposta de delimitação das ZAC na restante área do concelho, resultante do estudo elaborado no âmbito do projeto SECUR-Ria (AMRJA, 2007), torna-se necessário incluir na MDJ da delimitação da REN os caudais de ponta de cheia determinados para as diferentes secções estudadas.

A delimitação da ZAC do concelho de Aveiro socorreu-se de duas metodologias distintas presentes em dois estudos desenvolvidos na Universidade de Aveiro: O projeto SECUR-Ria e na tese de doutoramento “Risco de Inundação na Ria de Aveiro em Cenários Atuais e Futuros” (Lopes, C. L., 2016).

Desta forma, a delimitação da ZAC resultou da combinação das duas fontes de informação, projeto SECUR-Ria e da tese de doutoramento “Risco de Inundação na Ria de Aveiro em Cenários Atuais e Futuros”. Este facto permitiu determinar toda a área do município de Aveiro sujeita a zonas inundáveis.

Por forma a cumprir com o disposto no Ponto 3.3 das OENR, importa salientar que a delimitação das Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC) no município de Aveiro resultou da seguinte forma:

- Até à ponte de São João de Loure (local até onde se faz sentir a influência da maré) a ZAC foi determinada pela informação constante do estudo dos Risco de Inundação na Ria de Aveiro em Cenários Atuais e Futuros a qual considerou o período de retorno de 100 anos seguindo os princípios constantes da alínea 1 do ponto 3.3 das OENR.
- A montante da ponte de São João de Loure, a ZAC foi determinada pelo estudo elaborado no âmbito do projeto SECUR-Ria, cuja metodologia permitiu delimitar a ZAC através da representação da maior cheia conhecida. A maior cheia conhecida ocorreu no ano de 2001, a qual continua a ser considerada como referência no Plano Municipal de Emergência de Aveiro.

A área identificada nas figuras 2 e 3 do parecer da ARH Centro encontra-se a norte da ponte de S. João de Loure, pelo que a delimitação da ZAC na área em questão foi determinada com base na tese de doutoramento e não com base no projeto da SECUR-Ria.

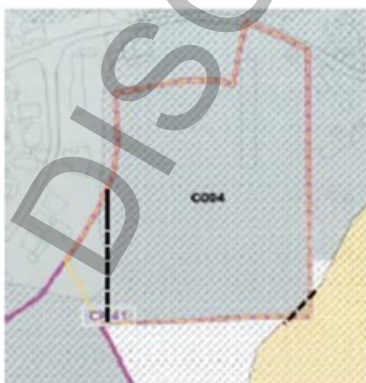
Relativamente aos caudais de ponta de cheia, estes foram incluídos na MD da REN retificada a incluir no processo de delimitação.

REN – Propostas de exclusão

Quanto às questões relacionadas com as propostas de exclusão da REN que constam do parecer relativo à 2ª reunião plenária, foram abordadas e articuladas na Reunião de Concertação que decorreu na CMA no dia 05 de Agosto pelo que tomar-se-á como base o documento “Ponderação à análise do Município do Parecer da APA de 02Agosto2019” que resultou dos esclarecimentos e que faz parte integrante da Ata da referida reunião.

Tal como anteriormente as questões que foram acolhidas não serão referidas.

- Mancha C004



Atendendo a que o Município refere que toda a área da mancha é abrangida pelo equipamento em causa, aceita-se o seu acerto a poente pelo limite do campo de futebol e o canto inferior nascente deverá manter-se em REN-ZAC.

Na área a excluir deverá ser evitada a excessiva compactação e impermeabilização do solo por forma a garantir a função associada à tipologia REN em causa (AEPR).

Exemplo de acerto ———

A CMA discorda uma vez que são questões pré-existentes, no entanto procedeu à correção.

- Mancha EV154



Visto que a área se encontra maioritariamente descomprometida, mantém-se parecer desfavorável. Aceita-se, o acerto no limite norte e no limite sul, de forma a excluir as construções já existentes. A restante área deverá continuar em REN-AEPRA.

Exemplo de acerto

A CMA discorda, até porque esta foi uma área desafetada também pela RAN, no entanto procedeu à correção.



Ao que nos queremos referir no parecer é à área junto à mancha ZAC-C01. Trata-se de uma área que está inserida na tipologia margem das águas de transição e que foi excluída da REN, sem que tenha ocorrido o respetivo pedido de exclusão.

Deve ser feita a devida correção.

Esclarece-se que esta área foi retirada por estar incluída nas áreas urbanas consolidadas, validadas pela CCDRC, pelo que não se constituiu proposta de exclusão para a mesma.

- Mancha ZAC-C02

Mantem-se parecer desfavorável. Trata-se de uma área de grande sensibilidade, na qual se sobrepõem várias tipologias REN (ZAC, AEPRA, AEREH, ATEP e Margem), pelo que deve manter-se em REN. Acresce que a ocupação existente está salvaguardada pelo RJREN.

ETAR - A CMA discorda uma vez que são questões pré-existentes, no entanto irá proceder à correção.

- Mancha ZAC-C03

Mantem-se parecer desfavorável. Trata-se de uma área descomprometida, de grande sensibilidade, na qual se sobrepõem várias tipologias REN (ZAC, AEPR, ATEP e Margem), pelo que deve manter-se em REN.

ETAR - A CMA discorda uma vez que são questões pre-existentes, no entanto irá proceder à correção.

- Mancha ZAC-C05



Visto tratar-se de um acerto ao limite da unidade industrial emite-se parecer favorável condicionado à manutenção em REN da área da mancha inserida em REN-ATEP (faixa de proteção).

A CMA discorda uma vez que são questões pre-existentes, no entanto irá proceder à correção.

- Mancha ZAC-C18

Mantem-se parecer desfavorável. Trata-se de uma área parcialmente desocupada na qual se sobrepõem várias tipologias REN (ZAC, AEPR, AEREH, LFP e Margem), pelo que deve manter-se em REN.

(junto à ponte Requeixo)

A CMA discorda uma vez que são questões pre-existentes, no entanto irá proceder à correção

- Mancha ZAC-E1

Mantem-se parecer desfavorável. Trata-se de uma área desocupada, de elevada sensibilidade, situada maioritariamente em margem das águas de transição, na qual se sobrepõem várias tipologias REN (ZAC, AEPR, LFP e Margem), pelo que deve manter-se em REN.

(Posto Náutico de Cacia)

A CMA discorda uma vez que se trata de um equipamento de relevante interesse público e que está a avançar para projeto, no entanto irá proceder à correção em conformidade com o parecer.

2.2 Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Centro

Regulamento

- *Artigos 12º (Âmbito) Por forma a salvaguardar eventuais conflitos ou incompatibilidades entre as opções de ordenamento e a regulamentação estabelecida neste capítulo – Capítulo III – Proteções e Salvaguardas, e tal como consta da alteração por adaptação do PDM ao Programa da Orla Costeira Ovar-Marinha Grande, deve a redação deste artigo ser completada da seguinte forma: “Na área de abrangência (...) regem-se pelas normas constantes da presente subsecção, que prevalecem sobre as demais normas estabelecidas no presente regulamento”.*

Entendeu-se não ser de reforçar uma vez que decorre do RJIGT a hierarquia das normas.

- *Artigos 19º (Âmbito) Por forma a salvaguardar eventuais conflitos ou incompatibilidades entre as opções de ordenamento e a regulamentação estabelecida neste capítulo – Capítulo III – Proteções e Salvaguardas, e tal como consta da alteração por adaptação do PDM ao PORNDSJ, deve a redação deste artigo ser completada da seguinte forma: “Na área de abrangência (...) regem-se pelas normas constantes da presente subsecção, que prevalecem sobre as demais normas estabelecidas no presente regulamento”.*

Entendeu-se não ser de reforçar uma vez que decorre do RJIGT a hierarquia das normas.

- *Artigo 34º (Parâmetros de dimensionamento dos arruamentos) -n.ºs 1 e 2 – Uma vez que os valores estabelecidos no quadro para o dimensionamento destas áreas são diferentes dos valores de referência estabelecidos na Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de março, devem tais opções ser tecnicamente fundamentadas no relatório do Plano.*

Os valores da portaria são de referência pelo que adotaram-se os que se entendem mais adequados á realidade local face à experiência de gestão ao longo dos anos. Com as alterações que sofreu o regulamento, este artigo passou a apresentar-se com o número 35.º.

- *Artigo 36º (Estudos de Impacte de Tráfego e Transportes) n.º 1 - Pressupõe-se que a matéria tratada neste número será desenvolvida em regulamento municipal, dada a utilização da expressão “Poderão estar sujeitos (...)”, pelo que se deverá ponderar a manutenção deste artigo no regulamento. Não se percebe o alcance da al. f) nem como esta se compatibiliza com o n.º 8 do artigo anterior.*

A CMA entende ser de manter uma vez que é uma questão premente na gestão do território, mesmo ao nível dos IGTs. Com as alterações que sofreu o regulamento, este artigo passou a apresentar-se com o número 37.º.

- *Artigo 39º (Incompatibilidade de usos) Tal como já referimos no nosso parecer anterior, face à apreciação efetuada pela DAI sobre esta matéria, deve a CM ponderar a manutenção das condições expressas neste artigo. Com efeito, a “produção de fumos ou emanações gasosas, cheiros ou resíduos” e os “riscos de incendio ou explosão ou toxicidade”, respeitam a matéria já acautelada na legislação especial referente às atividades em causa. Por outro lado, algumas das*

matérias aqui tratadas são já obrigatoriamente levadas em conta em sede de controlo prévio de operações urbanísticas, nos termos do RJUE, nos seus artigos 24º e 25º, não fazendo parte do conteúdo material dos planos. É este o caso das “condições de trânsito e estacionamento” e “condições de utilização da via pública”, a “descaracterização ambiental” e “desqualificação estética da envolvente”, referidas neste artigo.

A CMA entende ser de manter uma vez que é uma questão premente na gestão do território, mesmo ao nível dos IGTs. Com as alterações que sofreu o regulamento, este artigo passou a apresentar-se com o número 40.º.

- *Artigo 40º (Critérios gerais de edificabilidade) - n.º 1 – A identificação das alíneas carece de ser corrigida (começam na alínea h)). Veja-se o comentário ao artigo 39º, com igual aplicação a este artigo. Com efeito, algumas das matérias aqui tratadas são já obrigatoriamente levadas em conta em sede de controlo prévio de operações urbanísticas, nos termos do RJUE, nos seus artigos 24º e 25º, não fazendo parte do conteúdo material dos planos.*

A CMA entende ser de manter este artigo por forma a clarificar questões de grande relevo no ordenamento urbano. Com as alterações que sofreu o regulamento, este artigo passou a apresentar-se com o número 50.º.

- *Artigo 50º (Condicionalismos por razões de perigosidade de incêndio rural) - Sugere-se a remissão destas normas para os diplomas legais em vigor, que contém mais exceções às aqui indicadas.*

Entende-se não ser de remeter para o diploma referente a este questão, Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra incêndios, uma vez que, devem ficar evidentes as larguras das faixas definidas no PMDFCI consoante a envolvente (floresta, etc. são 50m e outras ocupações por exemplo no caso agrícola são 10m, sendo que o diploma permite definir outra largura para a envolvente agrícola.

O diploma prevê 4 tipo de situações para o regulamento tentou-se resumir o artigo por forma a não ficar muito extenso e confuso, pelo que, se optou por criar o ponto 2 de forma a abranger todas as exigências da legislação nas 4 situações.

- *Artigo 68º (Regime) - n.º 2 – Eliminar. O mesmo já é dito no n.º 2 do artigo 4º.*

Entendeu-se manter: embora redundante funciona como alerta uma vez que a anterior referência está no início do regulamento. Com as alterações que sofreu o regulamento, este artigo passou a apresentar-se com o número 125.º.

- *Artigo 82º (Parques de sucata e outros materiais) - Na epígrafe do artigo e na sua redação, a expressão “parques de sucatas e outros materiais” deve ser substituída por “operações de gestão de resíduos”.*

Face ao enquadramento destas unidades entendeu-se eliminar este artigo.

- *Artigo 85º (Zonas de Concentração (PMEPC)) - Este artigo deve conter uma caracterização destas zonas.*

Estas áreas decorrem do referido plano e são espaços facilmente identificáveis pelo que se entendeu não haver necessidade de fazer caracterização.

Relatório Ambiental

- Neste RA, confrontam-se apenas dois cenários alternativos: o cenário com e sem implementação do Plano, sendo certo, que a existência de outros cenários alternativos conduziria a uma proposta mais fundamentada e consistente.

Consta da Pagina 120 cenário alternativo – cenário C.

- Quanto aos indicadores selecionados – que têm a clara vantagem de serem poucos – deixam por avaliar alguns dos objetivos definidos (como sejam por exemplo, a requalificação e revitalização dos espaços comerciais com baixas taxas de ocupação e a modernização e revitalização do comércio local) e outros que seriam importantes neste âmbito (como a promoção da qualificação profissional da população ativa, por exemplo).

Relativamente aos indicadores selecionados entendeu-se não ampliar até considerando a orientação da APA que seria no sentido de uma redução, e, também, visto os mesmos já terem sido alvo de uma ponderação exaustiva e fazerem sentido na abordagem do Relatório Ambiental.

Planta Enquadramento Regional

- Neste pressuposto, a CM apresenta uma carta à escala 1:200.000 que globalmente responde ao definido no diploma legal, sendo apenas de mencionar como situações a reformular, a necessidade de assinalar o limite do concelho de Aveiro e de todos os seus Planos Territoriais em vigor, designadamente PUs e PPs, com a respetiva identificação na legenda.
- Deve ser retirado o mapa de Portugal, uma vez que não acrescenta qualquer informação relevante.

O limite do Concelho está representado, não é, contudo, viável, representar os PUs e PPs uma vez que à escala da planta não têm legibilidade.

Mantém-se o mapa de Portugal para ajudar a situar o Concelho no País.

Relatório de Compromissos Urbanísticos

- É apresentada uma planta designada “Carta de compromissos urbanísticos” que dá genericamente cumprimento, em termos de conteúdo, ao disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 97º do RJIGT. Embora esta planta não esteja acompanhada do respetivo relatório, a que alude a

mesma alínea, o Relatório do plano contém um anexo – “Anexo 2: Compromissos urbanísticos”, no qual são identificadas as operações de loteamento tituladas por alvará. Contudo, quanto aos pedidos de informação prévia, não se percebe a informação contida no respetivo quadro, uma vez que estes apenas estão previstos legalmente desde 1999 e só têm a validade de 1 ano, prorrogável por mais um ano. Este aspeto deve ser revisto e feita a necessária aferição na planta de compromissos.

A explicitação da informação relativa à carta de compromissos Urbanísticos encontrava-se inserida no ponto 5.1 do relatório do Plano, acompanhada pelo anexo 2, uma vez que são elementos importantes para a formulação da proposta de ordenamento. Decorrente do parecer da CCDRC percebeu-se que poderá haver dificuldade em perceber a localização desta informação pelo que se tomou a decisão de a autonomizar formalizando um relatório autónomo que acompanha a Carta de Compromissos Urbanísticos.

Esclarece-se, ainda, relativamente aos pedidos de informação prévia que os que estão apresentados são os que se encontravam válidos à data de elaboração da Carta e do referido relatório (09Maio2019) e que o facto de terem datas de anos anteriores reflete, simplesmente, que já existia um registo para a mesma parcela, pelo que ao dar entrada novo pedido, por questões organizacionais, é dada continuidade ao número de origem, do qual faz parte o ano.

Estrutura Ecológica Municipal

- *Conforme referimos mais à frente, no ponto 1.4, a estrutura ecológica municipal foi delimitada numa carta autónoma designada “Carta da estrutura ecológica municipal”. Relativamente à delimitação realizada, nada temos a opor, porquanto dá cumprimento ao disposto no artigo 13º do DR 15/2015, de 19/08. No entanto e tal como já referimos no nosso parecer anterior, considerando que a estrutura ecológica municipal incide sobre as diversas categorias de solo rústico e urbano, sendo objeto de um regime de uso de solo específico – estabelecido no artigo 44º do regulamento – deve constar da planta de ordenamento ou de planta desdobrada desta*

A CMA entende que se trata de uma planta estratégica pelo que não a enquadra como uma planta desdobrada da de ordenamento.

Indicadores para a avaliação

- *Relativamente a este elemento, e em particular sobre os indicadores apresentados, tecem-se os seguintes comentários:*
- *Ao nível da mobilidade e acessibilidade, considera-se que deveria haver um indicador que refletisse a eliminação de pontos negros em termos de acidentes rodoviários. Também não há um indicador dedicado à acessibilidade inclusiva, ou seja, à mobilidade condicionada, aspeto que deveria ser repensado;*

Entende a CMA que, atualmente, questões de eliminação de pontos negros já se prendem com a escala de projeto e não tanto com a de PDM uma vez que a este nível foram sendo eliminadas.

Quanto à acessibilidade inclusiva, quando se apresenta o indicador “Rede pedonal – Km de passeios novos e reabilitados” a preocupação está implícita uma vez que este tipo de intervenções procuram sempre garantir as questões de acessibilidade universal.

- *Não se percebe o estabelecimento apenas de um indicador para a “Promoção e preservação do património natural e área classificadas”, relativamente ao qual Aveiro é tão rico;*

O quadro relativo ao património natural e qualidade dos parâmetros ambientais já se encontra bastante completo não se vendo necessidade de incluir mais indicadores. É importante garantir uma perspetiva realista na montagem destes quadros de análise considerando a capacidade de recolha de dados.

- *Quanto ao indicador de “Avaliação da qualidade das principais massas de água”, não se percebe a que massas de água o mesmo se refere (são as massas de água subterrâneas, as superficiais ou ambas?);*

A subdivisão do indicador esclarece a que massas de água se refere.

- *Ao nível do uso eficiente da água, parece-nos que deveria haver um indicador relacionado com as perdas na rede;*

Esse indicador não se afigura relevante numa avaliação de PDM uma vez que o Plano não tem qualquer interferência na gestão da rede.

- *Ao nível da “Mitigação de riscos naturais e tecnológicos”, só o indicador “Número de ações do PMDFCI” é que é verdadeiramente relativo à mitigação, sendo que os outros são indicadores meramente de caracterização;*

Quanto à questão suscitada sobre a mitigação de riscos, os indicadores de caracterização visam perceber a evolução ao longo da vigência do Plano.

- *Não se percebe como são avaliados os indicadores relativos ao desenvolvimento e diversificação do tecido produtivo (por exemplo, “taxa de sobrevivência nascidas 2 anos antes” significa que apenas são as empresas nascidas em 2014, uma vez que o ano base é 2016? Não entram em conta com as empresas criadas durante a vigência da revisão do PDM? Só pretendem avaliar as empresas ligadas à informação e comunicação? O que é que reflete o n.º de pessoas coletivas? E não se entra em conta com as insolvências? Seria muito mais relevante a avaliação do desempenho económico das diversidades atividades produtivas em geral, do que o número de empresas/pessoas coletivas criadas).*

O indicador “taxa de sobrevivência nascidas 2 anos antes” visa perceber a taxa de sobrevivência das empresas, portanto faz-se uma análise às empresas que ainda estão ativas ao fim de dois anos após a sua criação.

Os indicadores foram escolhidos com vista a apresentar a dinâmica empreendedora do Concelho e não para fazer uma tradicional análise socioeconómica.

- Quanto ao indicador “Empreendimentos turísticos por tipologia” o município não pretende mesmo ter hotéis de 5 estrelas? Seria para Aveiro um bom indicador de desenvolvimento económico!

Não estão identificados hotéis de 5* porque neste momento não existem no Concelho, sendo objetivo licenciar para o que existem vários projetos em desenvolvimento pelo que se adicionou esse indicador.

- Os indicadores apresentados para o critério de avaliação “Requalificação do espaço público” não tem correspondência com este critério, estando mais relacionados com a promoção de hábitos de vida saudável, muito orientados para os equipamentos desportivos.

Acrescentou-se o indicador “número de empreitadas lançadas para requalificação de espaço público”.

- Ao nível da “Coesão e Inclusão Social” não se prevê nenhum indicador para os toxicodependentes e sem abrigo. Recomenda-se, assim, que este capítulo seja revisto tendo em consideração as observações feitas, para que possa suportar a avaliação e monitorização da execução do plano.

O Indicador “iniciativas Municipais de apoio à inclusão” abrange essas valências.

Numa ponderação global aos Indicadores para a avaliação, há a referir que este documento foi alvo de grande maturação e apuramento de indicadores com viabilidade de recolha, numa permanente perspectiva de articulação com os objetivos do plano.

Também foi sujeito a um crivo de pragmatismo, essencial nestas matérias. Não adianta aplicar demasiada ambição que na prática se venha a revelar incapaz, tanto na recolha, como no tratamento dos dados. Uma situação desse género subverteria o objetivo da monitorização que se pretende periódica e informativa para o processo de planeamento. Entende-se que o documento se encontra coeso dando resposta ao pretendido no RJGT, salienta-se, ainda, que no próprio RJGT estão previstos outros momentos de avaliação como o Relatório Sobre o Estado do Ordenamento do Território que terão uma abrangência mais ampla em termos de análise.

REN

- *Desfavorável: ZAC-C02 – Apesar de ser uma área onde são visíveis estruturas relacionadas com ETARs, trata-se de uma área de grande sensibilidade, na qual a ZAC se sobrepõe à margem e faixa de proteção da laguna, pelo que deve manter-se na REN, estando a ocupação existente salvaguardada pelo artigo 40º do RJREN.*

ETAR - A CMA discorda uma vez que são questões pré-existentes, no entanto irá proceder à correção.

- *Desfavorável: ZAC-C05 – Área totalmente descomprometida.*

A CMA discorda uma vez que são questões pré-existentes, no entanto irá proceder à correção.

- *Não são aceites: Relativamente à ZAC-E01, destinada a equipamentos e infraestruturas de apoio ao remo, aceita-se a exclusão apenas da ZAC e da AEPPA, uma vez que a ocupação pretendida é admitida nas restantes tipologias em presença (ATFP e margem).*

(Posto Náutico de Cacia) A CMA discorda uma vez que se trata de um equipamento de relevante interesse público e que está a avançar para projeto, no entanto irá proceder à correção em conformidade com o parecer.

2.3 Administração do Porto de Aveiro

- *Artigo 6º, n.º2 – A delimitação gráfica do DPH, concretamente das águas sujeitas a marés (DPM) também deve ser meramente indicativa uma vez que é dinâmica.*

Após análise atenta de articulação ao nível do regulamento entendeu-se não incluir por ser uma noção que poderia acarretar incompatibilidade com o entendimento da APA ARH relativamente ao DPH expressa ao nível do regulamento. Não se tratando, neste caso de desconformidade com norma legal optou-se por não absorver.

- *Planta de ordenamento – na legenda, na rede rodoviária, não há referência à distribuição secundária nem à local.*
- *Planta de ordenamento 8 – falta assinalar a rede rodoviária de distribuição local de acesso ao Terminal Sul, ao Centro de Monitorização Ambiental e aos Clubes Náuticos.*

Para facilitar a leitura da planta de ordenamento não foram representados os níveis distribuição secundária e local, caso contrário interferia, substancialmente, com a restante informação da planta, por esse motivo não se encontra referenciada a informação identificada.

- *Planta de ordenamento 7 – deverá ser corrigido o limite poente do canal, na entrada da barra.*

A representação está condicionada pela CAOP em vigor.

- *Carta da situação existente – Legenda incompleta e espaços a necessitar de verificação (ex “áreas de mato” no terminal Sul)*

Esta carta foi feita com base na cartografia 1/10000 homologada que serviu de base à elaboração do PDM.

2.4 Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

- *Solicitação à APA de parecer atualizado quanto à implementação das distâncias de segurança nos estabelecimentos que estão abrangidos pela DL 150/2015 e sua transposição para a cartografia e regulamento*

O tratamento dos estabelecimentos que estão abrangidos pela DL 150/2015 foi elaborado em estreita articulação com a APA.

- *Clarificação/melhoria da proposta da REN e propostas de regulamentação das zonas a excluir, de forma a assegurar a prevenção do risco de cheia/inundação e a proteção de pessoas e bens, assegurando que apenas são excluídas áreas efetivamente comprometida ou para as quais não exista alternativa de localização dos equipamentos/edificações para a satisfação de carências (área mínima necessária) e que estas exclusões serão acompanhadas de disposições em sede de Regulamento compatíveis com a prevenção desse mesmo risco;*

A elaboração da REN assim como os respetivos pedidos de exclusão foram acompanhados de forma próxima tanto pela CCDRC como pela APA.

As preocupações expostas no parecer da ANEPC relativamente à REN foram asseguradas ao longo do percurso desenvolvido com as referidas entidades.

2.5 Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural / Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

O trabalho de articulação da RAN e respectivas desafectações foi desenvolvido em estreita colaboração com a entidade apresentando-se relatório com resultado final consolidado e correspondendo às questões apresentadas no respectivo parecer.

2.6 Direção-Geral de Energia e Geologia

- *A DGED sugere alterações pontuais ao regulamento e integração de nova categoria de espaço para os recursos geológicos.*

As questões apresentadas encontram-se no domínio da sugestão e não de desconformidade com normas legais. Nestes termos entende-se ser de assimilar as alterações pontuais ao regulamento, contudo, face ao adiantado do processo, nomeadamente à estabilidade da proposta que foi colocada à consideração na segunda e última reunião plenária, não se afigura oportuno vir a integrar uma nova categoria de espaço para os recursos geológicos, já que uma

operação deste género interferiria, também com o domínio de outras entidades. Sendo certo que conforme também é descrito, estas explorações podem acontecer em solo rústico independentemente de lhes estar designada uma categoria de espaço.

2.7 Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços da Região Centro

- *A DGEsTE sugere que sejam consideradas os afastamentos aos edifícios escolares que constam dos documentos orientadores do Ministério da Educação “Referenciais Técnicos para a concepção/construção de escolas básicas”.*

No seguimento da posição apresentada na 1ª reunião Plenária e que consta da respetiva Ata: “Uma vez que a legislação específica que regulava as matérias identificadas no parecer foi revogada, a CMA irá ponderar as recomendações efetuadas por esta entidade.” A CMA entende estar assegurada a necessária proteção à envolvente dos estabelecimentos escolares através do Artigo 25.º do regulamento relativo aos Equipamentos educativos.

2.8 Infraestruturas de Portugal, SA

- *Artigo 36.º da página 28, refere os parâmetros para a elaboração de estudos de tráfego. Deverá ser inserida alínea na qual se refere que, ainda que não haja parâmetros para essa mesma elaboração, qualquer intervenção que interfira ou tenha ligação direta à rede sob jurisdição da IP, deverá ser sujeita a parecer desta empresa.*

A CMA entendeu não incorporar a sugestão uma vez que a mesma já decorre do quadro legal a cumprir.

- *Tendo em conta o mencionado na página 5/103 do relatório, referente a intervenções em vias, de reforçar que qualquer intervenção que interfira com a rede sob jurisdição da IP terá de ser sujeita a parecer da mesma empresa, de modo a não condicionar níveis de serviço ou criar situações de insegurança.*

A CMA terá em consideração o alerta.

2.9 Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP

- *Referência à redução do espaço Natural na planta de ordenamento, face à proposta apresentada na 1ª reunião plenária.*

Conforme esclarecido na 2ª reunião plenária a redução do espaço natural deveu-se a uma imposição da entidade que tutela a RAN que não permite que os espaços afetos a esta condicionante tenham outra classe de espaço que não seja agrícola.

2.10 Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP

Quanto à observação relativa ao Programa de Execução e Plano de Financiamento, nomeadamente à acção “Ligação à EN 235- Aveiro a Oliveira do Bairro” esclarece-se que o investimento previsto refere-se à qualificação da via existente e tem previsto um investimento de 8.000.000€, tratando-se de uma Estrada Nacional o mesmo será da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal.

- *Solicitação para identificar nas peças desenhadas referência ao dimensionamento das zonas de servidão constituídas em benefício das infraestruturas rodoviárias da RRN nos termos estipulados no artigo 32º do EERRN.*

Por opção e aconselhamento jurídico, em todos os elementos do plano evitam-se as referências à legislação em vigor uma vez que esta poderá sofrer mutações podendo vir a deixar o Plano em situações de desconformidade.

- *Sugestão de incluir questões de transportes passado a ser autoridades de transportes passando assim a ter competências relativas às matérias de transporte público.*

A CMA entende que o PDM não será o documento apropriado para incluir este tipo de questão.

2.11 REN – Rede Elétrica Nacional, SA

- *Sugestão que o ponto 1 do artigo 7º - regime legal passe a ter a seguinte redacção:*

1. A ocupação, uso (...) em causa, que prevalece sobre as disposições do PDM.

Não se incorporou a sugestão uma vez que, por orientação jurídica, entendeu-se não ser de mencionar a demais legislação que se sobrepõe ao próprio plano.

A preocupação está assegurada com o texto proposto.

2.12 Turismo de Portugal

- *Sugestão de garantir categoria mínima de 4* para instalação de Parques de Campismo e caravanismo na área do Plano de Ordenamento da Reserva natural das Dunas de São Jacinto.*

A CMA entende ser de manter a proposta de regulamento apresentada.

- *Solo Rústico – Aglomerados Rurais – Sugere admitir-se nesta categoria de espaço, tipologias de empreendimentos turísticos vocacionados para a reabilitação de edificado.*

Considerando a exiguidade e características dos aglomerados rurais previstos não se vê enquadramento.

- *Artigo 72º (profundidade), n.º1, acrescentar para o caso dos empreendimentos turísticos, a possibilidade de terem uma profundidade máxima de 18m, por forma a conferir uma maior flexibilidade à solução arquitetónica e funcionalidade do empreendimento.*

Entende-se que não será necessário especificar uma vez que se enquadram nas edificações e podem usufruir das mesmas regras, dispondo, ainda, de algumas condições de excecionalidade já previstas no regulamento.

3. CONCLUSÃO

Esta Ponderação incidiu sobre os pareceres das entidades que compõem a Comissão Consultiva:

Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Centro
ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações
Assembleia Municipal de Aveiro
Autoridade Nacional de Aviação Civil
Câmara Municipal de Águeda
Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha
Câmara Municipal da Murtosa
Câmara Municipal de Oliveira do Bairro
Câmara Municipal de Vagos
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Centro
Administração do Porto de Aveiro, SA
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro
Direção-Geral de Energia e Geologia
Direção-Geral do Ensino Superior
Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços da Região Centro
Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
Direção-Geral do Território
Direção Regional de Cultura do Centro
Guarda Nacional Republicana
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.
Infraestruturas de Portugal, SA
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP
Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP
Instituto Português do Desporto e Juventude, IP
Polícia de Segurança Pública
REN – Rede Elétrica Nacional, SA
Turismo de Portugal

O facto de nem todas as entidades se encontrarem mencionadas no documento significa que, conforme referido na introdução, as respetivas sugestões foram avaliadas e acolhidas e os contributos ponderados, embora alguns não tenham tido tradução formal nos documentos, todos foram uma mais-valia no enriquecimento do processo de planeamento.

Existem, ainda, entidades que fruto de um trabalho prévio de articulação, verificaram que as respetivas preocupações estavam cabalmente respondidas e que nesta fase já não apresentaram mais questões, pelo que não há necessidade de referência ao longo do documento, sendo que esta é também uma situação bastante gratificante.

Nesta nota final do presente documento, entendemos muito importante deixar uma referência para um processo que vai continuar para além do processo da Revisão do PDM e que vai ser trabalhado por muitas Câmaras Municipais do País nos próximos meses. Trata-se da elaboração da Carta de Reserva Ecológica Nacional (REN).

De facto, a experiência que podemos partilhar a esse nível, exige o ato solidário da referência pública, para que o procedimento e o resultado final possam ser bem melhores do que aqueles que tivemos e temos nesta fase no processo do Município de Aveiro.

Partindo de uma REN em vigor que consideramos boa e querendo apenas introduzir algumas poucas alterações, fomos obrigados pela CCDRC a elaborar uma nova REN, em consequência da sua leitura do quadro legal em vigor, descobrindo que a metodologia seguida, definida pelas “orientações estratégicas” elaboradas pela Comissão Nacional do Território, é um processo administrativo que desvirtua a substância do que é a REN e da sua função no planeamento do território.

É por isso que o resultado final da REN neste processo de Revisão do PDM é de inferior qualidade à REN atual, apenas como consequência do processo administrativo da sua elaboração, situação que é do total conhecimento da Câmara Municipal de Aveiro e da Agência Portuguesa do Ambiente, que entendemos necessitar de um trabalho adicional de melhoria substantiva e substancial, no que respeita à REN do Município de Aveiro e à elaboração de Cartas de REN de outros Municípios Portugueses, estando ao dispor para partilhar a nossa experiência com todo o pormenor e empenho interessado num melhor resultado final e numa atitude institucionalmente solidária.

Partilhamos uma nota final de agradecimento a todas as entidades envolvidas neste processo por todos os seus contributos, que sabemos terem motivação positiva, no sentido de termos um PDM com qualidade, propiciador de uma boa gestão do território do Município de Aveiro, entendendo que o resultado final alcançado é muito positivo.